

REINALDO COUTO

Doutorando em Direito Constitucional pela Université Montesquieu – Bordeaux IV (França), Mestre em Direito Privado e Econômico pela UFBA, ex-assessor de Ministro do STJ, ex-membro da Comissão de Exame de Ordem em Direito Administrativo da OAB/BA, ex-membro da Comissão de Advocacia Pública da OAB/BA, ex-coordenador da *Revista dos Mestrados em Direito Privado e Econômico* da UFBA, ex-membro da Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura, membro da AGU, Professor efetivo de Direito Administrativo da Universidade do Estado da Bahia.

---

CURSO DE DIREITO

**AD**

---

**MINIS**

---

**TRATI**

---

**VO**

2ª edição

2015



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP  
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Direção editorial** Luiz Roberto Curia

**Gerência editorial** Thais de Camargo Rodrigues

**Editoria de conteúdo** Eveline Gonçalves Denardi

**Assistência editorial** Bruna Gimenez Booni

**Coordenação geral** Clarissa Boroschi Maria

**Preparação de originais** Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e  
Ana Cristina Garcia (coords.)

**Arte e diagramação** Tarumã Editoração Gráfica

**Revisão de provas** Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Cecília Deus

Bernardete de Souza Maurícia

**Serviços editoriais** Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Tiago Dela Rosa

**Capa** Roney Camelo

**Produção gráfica** Mari Rampim

**Impressão** Ed. Loyola

**Acabamento** Ed. Loyola

ISBN 978-85-02-62277-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

**Couto, Reinaldo**

**Curso de direito administrativo / Reinaldo Couto. –**  
2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.

**Bibliografia**

1. **Direito administrativo** 2. **Direito administrativo**  
– Brasil. I. **Martins, Humberto**. II. **Título**.

14-12819

CDU-35

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo

35

**Data de fechamento da edição: 25-2-2015**

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

139.501.002.001

## SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i> .....	7
<i>Abreviaturas e siglas</i> .....	9
<i>Prefácio</i> .....	25
<i>Apresentação</i> .....	29
<i>Nota do autor</i> .....	35
<b>1. Introdução</b> .....	<b>37</b>
<b>2. Diferentes critérios adotados para a conceituação do Direito Administrativo</b> .....	<b>38</b>
<b>3. Direito Administrativo como direito público</b> .....	<b>46</b>
<b>4. Objeto da ciência do Direito Administrativo</b> .....	<b>50</b>
<b>5. Atuação estatal e funções estatais</b> .....	<b>52</b>
<b>6. Conceito de Administração Pública sob os aspectos orgânico, formal e material</b> .....	<b>55</b>
<b>7. Fontes do Direito Administrativo</b> .....	<b>58</b>
7.1. Lei formal .....	61
7.2. Tratados internacionais .....	65
7.3. Costume .....	66
7.4. Princípios gerais do direito .....	67
7.5. Regulamentos administrativos .....	70
7.6. Regimentos .....	74

7.7. Estatutos . . . . .	75
7.8. Instruções . . . . .	76
<b>8. Relação jurídico-administrativa . . . . .</b>	<b>78</b>
8.1. Relação jurídica . . . . .	78
8.1.1. Relação jurídico-administrativa . . . . .	79
8.1.1.1. Supremacia do interesse público sobre o privado . . . . .	79
8.1.1.1.1. Teoria do equilíbrio . . . . .	86
8.1.1.2. Indisponibilidade do interesse público pela administração . . . . .	89
8.2. Personalidade (elemento subjetivo) . . . . .	93
8.2.1. Administração direta . . . . .	94
8.2.2. Administração indireta . . . . .	98
8.2.2.1. Autarquia . . . . .	98
8.2.2.2. Fundação pública e privada . . . . .	110
8.2.2.3. Empresa pública . . . . .	114
8.2.2.4. Sociedade de economia mista . . . . .	118
8.3. Anteprojeto de lei orgânica da administração pública federal . . . . .	121
<b>9. Entidade paraestatal . . . . .</b>	<b>124</b>
<b>10. Terceiro setor . . . . .</b>	<b>127</b>
<b>11. Consórcio público . . . . .</b>	<b>134</b>
<b>12. Domicílio dos entes da federação e das pessoas jurídicas estatais . . . . .</b>	<b>138</b>
<b>13. Princípios da Administração Pública . . . . .</b>	<b>140</b>
13.1. Introdução . . . . .	140
13.2. Princípio da legalidade . . . . .	141
13.3. Princípio da segurança jurídica . . . . .	146
13.4. Princípio da impessoalidade . . . . .	149
13.5. Princípio da moralidade . . . . .	151
13.6. Princípio da publicidade . . . . .	153
13.6.1. Acesso à informação pública . . . . .	155
13.7. Princípio da eficiência . . . . .	158
13.8. Princípio da proporcionalidade . . . . .	160
13.9. Princípio da razoabilidade . . . . .	163
13.10. Princípio da boa-fé . . . . .	164
13.11. Princípio da cortesia . . . . .	167
13.11.1. Aspectos gerais . . . . .	167
13.11.2. Princípio da cortesia no PAD e na sindicância . . . . .	168
<b>14. Poderes administrativos . . . . .</b>	<b>171</b>
14.1. Introdução . . . . .	171

14.2. Poder hierárquico ou subfunção hierárquica .....	172
14.3. Poder disciplinar ou subfunção disciplinar .....	174
14.4. Poder de polícia ou subfunção de polícia .....	177
14.5. Poder regulamentar ou subfunção regulamentar .....	185
14.6. Poder extroverso ou subfunção extroversa .....	187
14.7. Poderes implícitos ou subfunções implícitas .....	189
<b>15. Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do Direito Administrativo .....</b>	<b>192</b>
<b>16. Competência administrativa .....</b>	<b>197</b>
16.1. Conceito .....	197
16.2. Critérios de distribuição .....	198
16.3. Delegação e avocação .....	199
16.4. Agente de fato .....	201
<b>17. Fatos da Administração Pública: atos da Administração Pública e fatos administrativos .....</b>	<b>204</b>
<b>18. Ato administrativo .....</b>	<b>208</b>
18.1. Conceito .....	208
18.2. Elementos .....	211
18.2.1. Competência .....	212
18.2.2. Forma .....	213
18.2.3. Objeto .....	215
18.2.4. Motivo .....	215
18.2.5. Finalidade .....	216
18.3. Perfeição, validade, vigência e eficácia (teoria geral) .....	217
18.4. Atributos .....	228
18.4.1. Legitimidade .....	228
18.4.2. Imperatividade .....	229
18.4.3. Autoexecutoriedade .....	230
18.5. Ato de império e ato de gestão .....	232
18.6. Ato administrativo vinculado e discricionário. Mérito do ato administrativo. Motivação. Teoria dos motivos determinantes .....	233
18.6.1. Ato administrativo vinculado e discricionário .....	233
18.6.2. Mérito do ato administrativo .....	238
18.6.3. Motivação .....	239
18.6.4. Teoria dos motivos determinantes .....	242
18.7. Ato administrativo geral e individual (quanto aos destinatários) .....	242
18.8. Ato administrativo interno e externo (quanto ao alcance) .....	243

18.9. Ato administrativo simples, complexo e composto (quanto à manifestação da vontade) .....	244
18.10. Ato administrativo unilateral, bilateral e multilateral. ....	247
18.11. Ato administrativo ampliativo e restritivo (quanto aos direitos dos administrados) .....	248
18.12. Ato administrativo constitutivo, extintivo ou desconstitutivo, declaratório, alienativo, modificativo e abdicativo (quanto ao conteúdo) .....	248
18.13. Ato administrativo subjetivo, ato-condição, ato-regra, suspensível, auto-executório e não auto-executório .....	248
18.14. Ato administrativo inexistente .....	249
18.15. Teoria das nulidades no Direito Administrativo .....	252
18.15.1. Vícios do ato administrativo .....	255
18.15.2. Revogação e anulação do ato administrativo. ....	257
18.15.2.1. Potestade revocatória .....	257
18.15.2.2. Anulação ou invalidação .....	260
18.16. Renúncia .....	262
18.17. Atos administrativos em espécie .....	262
18.17.1. Atos normativos. ....	262
18.17.2. Atos negociais .....	263
18.17.3. Atos enunciativos .....	266
18.17.4. Atos punitivos .....	269
18.17.5. Atos ordinatórios. ....	271
<b>19. Silêncio da Administração Pública .....</b>	<b>277</b>
<b>20. Licitação .....</b>	<b>279</b>
20.1. Conceito .....	279
20.2. Obrigatoriedade .....	281
20.3. Competência .....	283
20.4. Princípios da licitação .....	283
20.5. Objetos da licitação .....	285
20.6. Exceções à obrigatoriedade da licitação. ....	286
20.6.1. Licitação proibida .....	286
20.6.2. Licitação dispensada .....	287
20.6.3. Licitação dispensável ou dispensa de licitação .....	290
20.6.4. Inexigibilidade de licitação .....	294
20.7. Modalidades de licitação. ....	295
20.8. Tipos de licitação .....	299
20.9. Procedimento da licitação .....	303
20.9.1. Previsão orçamentária .....	305
20.9.2. Audiência pública .....	308

20.9.3. Edital e instrumento convocatório substitutivo . . . . .	309
20.9.4. Documentação . . . . .	311
20.9.5. Habilitação ou qualificação. . . . .	312
20.9.6. Critérios de escolha do vencedor . . . . .	313
20.9.6.1. Preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais. . . . .	314
20.9.6.2. Microempresas e empresas de pequeno porte . . . . .	316
20.9.7. Homologação e adjudicação . . . . .	318
20.9.8. Anulação e revogação. . . . .	319
20.9.9. Dupla instância administrativa . . . . .	321
20.10. Regime diferenciado de contratação. . . . .	322
<b>21. Contrato administrativo . . . . .</b>	<b>332</b>
21.1. Conceito . . . . .	332
21.2. Contratos privados da Administração Pública x Contratos administrativos . . . . .	334
21.3. Cláusulas exorbitantes. . . . .	337
21.4. Cláusulas obrigatórias . . . . .	341
21.5. Garantias . . . . .	342
21.6. Duração . . . . .	343
21.7. Alteração contratual. . . . .	344
21.7.1. Bilateral . . . . .	346
21.7.2. Unilateral . . . . .	347
21.7.3. Reajuste . . . . .	348
21.7.4. Revisão . . . . .	349
21.7.5. Prorrogação . . . . .	350
21.8. Formalização do contrato. . . . .	351
21.9. Fiscalização contratual . . . . .	356
21.10. Inexecução contratual . . . . .	357
21.10.1. Inexecução culposa . . . . .	359
21.10.2. Inexecução sem culpa. . . . .	359
21.10.3. Exceção do contrato não cumprido . . . . .	360
21.10.4. Teoria da imprevisão . . . . .	362
21.10.5. Fato do príncipe. . . . .	365
21.10.6. Fato da administração . . . . .	367
21.10.7. Caso fortuito e força maior . . . . .	367
21.11. Extinção do contrato . . . . .	368
21.11.1. Extinção subjetiva . . . . .	369
21.11.2. Extinção objetiva. . . . .	370
21.11.3. Extinção por impossibilidade fática ou jurídica . . . . .	370
21.11.4. Nulidade . . . . .	370
21.11.5. Rescisão. . . . .	372

21.11.6. Rescisão consensual ou amigável . . . . .	375
21.11.7. Rescisão judicial . . . . .	375
21.11.8. Rescisão unilateral ou administrativa . . . . .	375
21.11.9. Rescisão arbitral . . . . .	377
21.12. Sanções administrativas . . . . .	378
<b>22. Convênio administrativo . . . . .</b>	<b>384</b>
22.1. Conceito e objetivos . . . . .	384
22.2. Celebração e execução . . . . .	386
<b>23. Parceria público-privada (PPP) . . . . .</b>	<b>391</b>
<b>24. Serviço público . . . . .</b>	<b>397</b>
24.1. Conceito . . . . .	397
24.2. Princípios . . . . .	401
24.3. Classificação . . . . .	407
24.4. Remuneração . . . . .	410
24.5. Direitos e deveres do usuário . . . . .	412
24.6. Concessão de serviço público . . . . .	414
24.6.1. Natureza jurídica e conceito . . . . .	414
24.6.2. Regime jurídico-financeiro . . . . .	416
24.6.3. Extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens . . . . .	417
24.7. Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública . . . . .	419
24.8. Permissão de serviço público . . . . .	420
24.9. Autorização de serviço público . . . . .	422
<b>25. Bens públicos . . . . .</b>	<b>424</b>
25.1. Domínio público, domínio eminente e domínio patrimonial . . . . .	424
25.2. Conceito . . . . .	425
25.3. Classificação e caracteres jurídicos . . . . .	429
25.4. Regime jurídico . . . . .	433
25.4.1. Inalienabilidade . . . . .	433
25.4.2. Imprescritibilidade . . . . .	437
25.4.3. Impenhorabilidade . . . . .	438
25.4.4. Impossibilidade de oneração . . . . .	439
25.4.5. Formas de aquisição . . . . .	439
25.4.6. Uso de bem público por terceiro . . . . .	443
25.4.6.1. Autorização de uso . . . . .	444
25.4.6.2. Permissão de uso . . . . .	444
25.4.6.3. Concessão de uso . . . . .	445
25.4.6.4. Concessão de direito real de uso . . . . .	446
25.4.6.5. Concessão de uso especial para fins de moradia . . . . .	447



25.4.6.6. Cessão de uso . . . . .	448
25.5. Bens públicos em espécie . . . . .	449
25.5.1. Terras devolutas . . . . .	449
25.5.2. Mar territorial . . . . .	451
25.5.3. Plataforma continental . . . . .	451
25.5.4. Faixa de fronteira . . . . .	452
25.5.5. Terrenos de marinha e seus acrescidos . . . . .	453
25.5.6. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios . . . . .	454
25.5.7. Ilhas . . . . .	455
25.5.8. Terrenos reservados . . . . .	456
25.5.9. Vias e logradouros públicos . . . . .	457
25.5.10. Domínio aéreo . . . . .	458
25.5.11. Recursos minerais . . . . .	458
25.5.11.1. Águas . . . . .	458
25.5.11.2. Minas e jazidas . . . . .	460
25.5.12. Cavidades naturais subterrâneas e sítios arqueológicos e pré-históricos . . . . .	461
<b>26. Intervenções do Estado na propriedade . . . . .</b>	<b>465</b>
26.1. Introdução . . . . .	465
26.2. Limitação administrativa . . . . .	467
26.3. Ocupação temporária . . . . .	469
26.4. Requisição administrativa . . . . .	472
26.5. Tombamento . . . . .	473
26.6. Servidão administrativa . . . . .	475
26.7. Desapropriação . . . . .	477
26.7.1. Tipos . . . . .	477
26.7.1.1. Desapropriação ordinária . . . . .	479
26.7.1.2. Desapropriação-sanção . . . . .	479
26.7.1.3. Desapropriação por necessidade pública . . . . .	482
26.7.1.4. Desapropriação por utilidade pública . . . . .	482
26.7.1.5. Desapropriação por interesse social . . . . .	483
26.7.1.6. Desapropriação por zona . . . . .	484
26.7.1.7. Desapropriação indireta . . . . .	486
26.7.2. Procedimentos . . . . .	487
26.7.2.1. Por utilidade pública . . . . .	487
26.7.2.1.1. Fase declaratória . . . . .	487
26.7.2.1.2. Fase executória . . . . .	489
26.7.2.1.3. Honorários advocatícios . . . . .	491
26.7.2.2. Por interesse social . . . . .	492
26.7.3. Objeto . . . . .	493

26.7.4. Juros . . . . .	493
26.7.5. Direito de extensão . . . . .	497
26.7.6. Preferência e retrocessão . . . . .	497
<b>27. Controle interno e externo da Administração Pública . . . . .</b>	<b>501</b>
27.1. Controle interno . . . . .	501
27.2. Controle externo . . . . .	502
<b>28. Controle jurisdicional da Administração Pública no direito brasileiro . . . . .</b>	<b>508</b>
<b>29. Responsabilidade civil do Estado . . . . .</b>	<b>514</b>
29.1. Evolução histórica e fundamentos jurídicos . . . . .	514
29.2. Responsabilidade civil na prestação de serviço público: teoria do risco administrativo . . . . .	518
29.3. Responsabilidade civil por conduta omissiva do Estado . . . . .	520
29.4. Responsabilidade civil do Estado pela edição de ato legislativo . . . . .	520
29.5. Responsabilidade civil do Estado por ato judicial . . . . .	522
<b>30. Improbidade administrativa . . . . .</b>	<b>527</b>
30.1. Introdução . . . . .	527
30.2. Sujeito ativo . . . . .	529
30.3. Prerrogativa de foro . . . . .	530
30.4. Sujeitos passivos . . . . .	532
30.5. Ressarcimento do dano, perda do acréscimo patrimonial ilícito e indisponibilidade dos bens . . . . .	533
30.6. Tipos de atos de improbidade administrativa . . . . .	533
30.7. Gravidade da lesão à moralidade . . . . .	538
30.8. Sanções aos atos de improbidade administrativa . . . . .	539
30.9. Elementos subjetivos . . . . .	542
30.10. Processos . . . . .	543
30.11. Prescrição . . . . .	546
30.11.1. Agente público . . . . .	546
30.11.2. Particular . . . . .	547
30.11.3. Ressarcimento . . . . .	547
30.12. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção . . . . .	547
<b>31. Processo administrativo . . . . .</b>	<b>552</b>
31.1. Introdução . . . . .	552
31.2. Conceito . . . . .	553
31.3. Procedimento administrativo . . . . .	554
31.4. Aplicabilidade . . . . .	555
31.5. Princípios específicos do processo administrativo . . . . .	555
31.5.1. Princípios do contraditório e da ampla defesa . . . . .	556

31.5.2. Princípio da oficialidade .....	557
31.5.3. Princípio do formalismo moderado .....	557
31.5.4. Princípio da verdade real .....	557
31.6. Características específicas do processo administrativo .....	558
31.7. Súmula vinculante .....	559
31.8. Recurso administrativo, reconsideração e revisão .....	560
31.9. Reclamação administrativa .....	562
<b>32. Representação .....</b>	<b>564</b>
<b>33. Recurso hierárquico próprio e impróprio .....</b>	<b>566</b>
<b>34. Agentes públicos .....</b>	<b>569</b>
34.1. Conceito .....	569
34.2. Cargos públicos, empregos públicos e funções públicas .....	571
34.3. Tipos de agentes públicos .....	572
34.3.1. Agentes políticos .....	572
34.3.2. Militares .....	573
34.3.2.1. Considerações iniciais .....	573
34.3.2.2. Estatuto dos militares (Lei n. 6.880/80) .....	575
34.3.3. Empregados públicos .....	575
34.3.3.1. Conceito .....	575
34.3.3.2. Histórico .....	577
34.3.4. Contratados por tempo determinado (inciso IX do art. 37 da CF/88) ...	580
34.3.5. Particulares em colaboração com o Poder Público .....	582
34.3.6. Servidores públicos .....	583
34.3.6.1. Concurso público .....	584
34.3.6.2. Provimento e investidura .....	587
34.3.6.3. Posse e exercício .....	590
34.3.6.4. Vacância .....	591
34.3.6.5. Vitaliciedade .....	592
34.3.6.6. Estabilidade .....	593
34.3.6.6.1. Estabilidade sem concurso público .....	597
34.3.6.7. Greve no serviço público .....	597
34.3.6.8. Salário, vencimento, remuneração, soldo e subsídio .....	599
34.3.6.9. Vantagens .....	604
34.3.6.10. Férias .....	605
34.3.6.11. Afastamento para o exercício de mandato eletivo .....	606
34.3.6.12. Deveres .....	606
34.3.6.13. Proibições .....	607
34.3.6.14. Seguridade social do servidor público .....	608

34.3.6.14.1. Aposentadoria .....	610
34.3.6.14.1.1. Proventos de aposentadoria .....	611
34.3.6.14.1.2. Modalidades de aposentadoria .....	614
34.3.6.14.2. Auxílio-natalidade .....	616
34.3.6.14.3. Salário-família .....	616
34.3.6.14.4. Licença para tratamento de saúde .....	616
34.3.6.14.5. Licença à gestante, à adotante e licença-paternidade .....	617
34.3.6.14.6. Licença por acidente em serviço .....	617
34.3.6.14.7. Assistência à saúde do servidor e dos seus dependentes .....	618
34.3.6.14.8. Garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias .....	618
34.3.6.14.9. Pensão vitalícia ou temporária ao dependente .....	619
34.3.6.14.10. Auxílio-funeral .....	621
34.3.6.14.11. Auxílio-reclusão aos dependentes .....	621
34.3.6.15. Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD) .....	621
34.3.6.15.1. Introdução .....	621
34.3.6.15.2. Princípios .....	624
34.3.6.15.2.1. Princípio da vedação do <i>bis in idem</i> .....	624
34.3.6.15.3. Garantias constitucionais .....	624
34.3.6.15.4. Previsão constitucional .....	626
34.3.6.15.5. Pessoas sujeitas .....	627
34.3.6.15.6. Objeto .....	628
34.3.6.15.7. Sanções .....	629
34.3.6.15.8. Prescrição .....	632
34.3.6.15.9. Denúncia .....	633
34.3.6.15.10. Dever de promoção da apuração .....	634
34.3.6.15.11. Sindicância .....	636
34.3.6.15.11.1. Sindicância investigativa ou investigatória .....	637
34.3.6.15.11.2. Sindicância punitiva .....	638
34.3.6.15.12. Processo Administrativo Disciplinar (PAD) .....	640
34.3.6.15.12.1. Medida cautelar de afastamento preventivo .....	641
34.3.6.15.12.2. Conceito legal .....	641
34.3.6.15.12.3. Instauração .....	642
34.3.6.15.12.4. Comissão processante .....	643
34.3.6.15.12.5. Prazos de conclusão e julgamento .....	644
34.3.6.15.12.6. Inquérito .....	645
34.3.6.15.12.7. Julgamento .....	649
34.3.6.15.12.7.1. Inconstitucionalidade da majoração da pena do parágrafo único do art. 168 da Lei n. 8.112/90 .....	651
34.3.6.15.12.8. Processo administrativo disciplinar sumário .....	654

34.3.6.15.12.9. Outros agentes públicos.....	655
34.3.6.16. Competência judicial para julgar as relações estatutárias e contratuais por tempo determinado.....	657
<b>35. Intervenção do Estado no domínio econômico .....</b>	<b>662</b>
35.1. Introdução.....	662
35.2. Criação de empresas estatais .....	664
35.3. Monopólio.....	665
35.4. Controle do abastecimento.....	667
35.5. Tabela de preços .....	667
35.6. Repressão ao abuso do poder econômico.....	668
<b>36. Adendo .....</b>	<b>672</b>
36.1. Teoria geral do Direito Administrativo moderno .....	672
36.1.1. Realismo x Positivismo jurídico.....	672
36.1.2. Zetética.....	675
36.1.3. Interpretação do Direito Administrativo: instrumento sistêmico e instrumento linguístico .....	675
36.1.3.1. Instrumento sistêmico .....	675
36.1.3.2. Instrumento linguístico.....	683
36.1.3.2.1. Limites impostos pela semântica e pela sintaxe jurídicas .....	686
36.1.4. Impossibilidade de o poder indiretamente legitimado alterar o estabelecido pelo poder diretamente legitimado.....	689
36.2. Jurisprudência ultrapassada, divergência jurisprudencial e jurisprudência pacífica.....	694
<b>37. Questões para fixar o conteúdo .....</b>	<b>697</b>
<b>38. Gabarito .....</b>	<b>747</b>
<b>39. Seleção de conceitos .....</b>	<b>749</b>
<i>Referências bibliográficas.....</i>	<i>753</i>